Políticas Educativas
PolEd
Asociación de Universidades GRUPO MONTEVIDEO
Revista do Programa Políticas Educativas do Núcleo Disciplinário Educação para a Integração da Associação de Universidades Grupo Montevideo

A "EMPRESA PEDAGÓGICA" COMO COMPONENTE CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO: UMA FORMAÇÃO PARA QUAIS JUVENTUDES?

Tailson Hugo Felix de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Brasil)

Ângela Cristina Alves Albino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB-Brasil)

RESUMO

A pesquisa analisa o guia da disciplina Empresa Pedagógica (EP), como um componente curricular do Ensino Médio Técnico da rede estadual de educação básica, materializado no documento: "Empresa Pedagógica: formação básica para o trabalho", que foi implementado nas Escolas Cidadãs Integrais Técnicas. O objetivo foi compreender as concepções de formação das juventudes que orientavam esse componente e suas implicações para a constituição da educação integral no Ensino Médio. A análise fundamentou-se em referenciais teóricos de Laval, Apple e Freitas, mobilizados para discutir a racionalidade neoliberal e empresarial no currículo. Em seu *corpus* metodológico, a pesquisa inclui a sistematização de um estado de conhecimento, que evidencia a escassez de estudos específicos sobre a disciplina na estrutura curricular do Ensino Médio, seguido pela análise documental do guia da disciplina que aponta uma fragmentação da formação, a centralidade do empreendedorismo e a priorização de competências voltadas à empregabilidade, em detrimento das dimensões históricas, políticas e culturais da organização do conhecimento escolar. Os resultados indicam que a EP integra um conjunto de políticas curriculares que reconfiguram o Ensino Médio para atender às demandas do mercado. Ao enfatizar práticas empresariais e modelos de gestão em um sentido restrito e mercantil, a disciplina contribui para o deslocamento da noção de Educação Integral, ao mesmo tempo em que produz sentidos de formação orientados pela lógica do empreendedor de si, da competitividade e da responsabilização do fracasso dos sujeitos.

Palavras-chave: escola cidadã integral; projeto empreendedor; currículo.

THE "PEDAGOGICAL COMPANY" AS A CURRICULAR COMPONENT IN TECHNICAL HIGH SCHOOL: EDUCATION FOR WHICH YOUTHS?

ABSTRACT

The research analyzes the guide for the Pedagogical Enterprise (PE) subject as a curricular component of Technical Secondary Education in the state public school system. This material is formalized in the document: "Pedagogical Enterprise: basic training for work," which was

implemented in the Technical Integral Citizen Schools (ECITs). The objective was to understand the youth training conceptions that guided this component and their implications for the constitution of integral education in Secondary School. The analysis was grounded in the theoretical frameworks of Laval, Apple, and Freitas, mobilized to discuss neoliberal and corporate rationality within the curriculum. Regarding its methodological corpus, the research includes a systematized state of knowledge, which highlights the scarcity of specific studies on this subject within the Secondary Education curricular structure. This is followed by a documentary analysis of the subject guide, which points to a fragmentation of training, the centrality of entrepreneurship, and the prioritization of skills focused on employability, to the detriment of the historical, political, and cultural dimensions of school knowledge organization. The results indicate that the PE is part of a set of curricular policies that reconfigure Secondary Education to meet market demands. By emphasizing business practices and management models in a narrow and mercantile sense, the subject contributes to the displacement of the notion of Integral Education, while simultaneously producing meanings of training guided by the logic of the "self-entrepreneur," competitiveness, and the individualization of failure.

Keywords: citizen integral school; entrepreneurial project; curriculum.

LA "EMPRESA PEDAGÓGICA" COMO COMPONENTE CURRICULAR EN LA EDUCACIÓN MEDIA TÉCNICA: ¿UNA FORMACIÓN PARA QUÉ JUVENTUDES?

RESUMEN

La investigación analiza la guía de la asignatura Empresa Pedagógica (EP), como componente curricular de la Educación Media Técnica de la red estatal de educación básica, materializada en el documento: "Empresa Pedagógica: formación básica para el trabajo", el cual fue implementado en las Escuelas Ciudadanas Integrales Técnicas (ECIT). El objetivo fue comprender las concepciones de formación de las juventudes que orientaban este componente y sus implicaciones para la constitución de la educación integral en la Enseñanza Media. El análisis se fundamentó en los referentes teóricos de Laval, Apple y Freitas, movilizados para discutir la racionalidad neoliberal y empresarial en el currículo. En su corpus metodológico, la investigación incluye la sistematización de un estado del conocimiento, que evidencia la escasez de estudios específicos sobre la asignatura en la estructura curricular de la Enseñanza Media. A esto le sigue el análisis documental de la guía de la asignatura, que señala una fragmentación de la formación, la centralidad del emprendimiento y la priorización de competencias orientadas a la empleabilidad, en detrimento de las dimensiones históricas, políticas y culturales de la organización del conocimiento escolar. Los resultados indican que la EP integra un conjunto de políticas curriculares que reconfiguran la Enseñanza Media para atender a las demandas del mercado. Al enfatizar prácticas empresariales y modelos de gestión en un sentido restringido y mercantil, la asignatura contribuye al desplazamiento de la noción de Educación Integral, al mismo tiempo que produce sentidos de formación orientados por la lógica del "empresario de sí mismo", de la competitividad y de la responsabilización individual del fracaso de los sujetos.

Palabras clave: escuela ciudadana integral; proyecto emprendedor; currículo.

Introdução

O estudo analisa especificamente o documento orientador da disciplina Empresa Pedagógica (EP), no contexto das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas da Paraíba, ao buscar compreender suas concepções formativas. No Brasil, ao longo dos anos, muitas proposituras foram sendo desenvolvidas com o objetivo de melhoria no sistema educacional, precisamente no combate à evasão escolar e à exclusão das populações mais vulneráveis. A ideia de Educação Integral no Brasil surge como essa possibilidade para lidar com esses impasses no processo de formação para as juventudes no ambiente escolar. Logo, alguns entendimentos sobre estratégias de melhorar a educação brasileira a partir do conceito de Educação Integral passaram por experimentações.

Conforme Rodrigues (2019), as discussões acerca da Educação Integral já vinham desde 1920 presentes através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e dos estudos de Anísio Teixeira. De igual forma, os Centros Integrado de Educação Pública (Brizolões), o Programa Mais Educação, o Novo Mais Educação e o PROEMI[1] foram outras ampliações na implementação da Educação Integral no Brasil.

Neste contexto, é preciso distinguir os conceitos de Educação Integral e Educação em Tempo Integral já que estes acabam sendo apropriados e traduzidos a depender do contexto sócio-político. Segundo Ferreira (2020), a perspectiva de Educação Integral considera a formação nas diferentes dimensões e contempla o desenvolvimento ético, estético, lúdico e científico, enquanto a ideia de Educação em Tempo Integral refere-se a necessidade de formação para o mercado de trabalho e a empregabilidade, além do aumento do tempo escolar. É relevante observar que, por vezes no contexto da prática educacional e na formulação das políticas, essas ideias são frequentemente tratadas como sinônimo, a exemplo de que a concepção de Educação Integral é resumida na expansão da carga horária.

A Educação Integral encontra respaldo nos marcos legais que garantem o direito à educação para todos no Brasil. Dito isso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a busca pelo pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em concordância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, reafirma esses mesmos princípios em seu artigo 2º e, ainda, prevê a ampliação da jornada escolar, reforçando a possibilidade de

[1] Programa Ensino Médio Inovador.

organização da Educação em Tempo Integral a partir do Ensino Fundamental. Desse modo, o Plano Nacional de Educação (PNE) encontra-se alinhado ao definir, como uma de suas metas, a ampliação da oferta da educação em tempo integral na educação básica. O PNE (Lei Federal nº 13.005/2014) define na meta 6 ao tratar da Educação Integral: "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica" (Brasil, 2014). Estudos de Coelho, Moehlecke e Silva (2024) indicam que a meta 6 se concentrou na ampliação das jornadas escolares; entretanto, não foram considerados aspectos da gestão democrática, das práticas pedagógicas e organização institucional e curricular.

No estado da Paraíba, em 2016, foi inaugurado o primeiro modelo de Educação Integral no Ensino Médio, assim, instituído como o Programa Escola Cidadã Integral, com bases metodológicas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), cujas experiências foram consideradas de sucesso no estado de Pernambuco. Desse modo, as propostas pedagógicas desse modelo educacional enfatizam o protagonismo e o espírito empreendedor dos jovens como base para a construção de seus projetos de vida. A partir dessa implementação inicial o programa passou por uma ampliação que atualmente é instituído pela lei nº 13.533/2024, inclui as Escolas Cidadãs Integrais (ECI), Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT), Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS) e Escolas Cidadãs Integrais Indígenas (ECII). Esta lei acabou substituindo a antiga lei nº 11.100/2018. Nesse contexto de expansão da política de tempo integral no estado, dados do Censo Escolar da Educação Básica registram na Paraíba aproximadamente 56 mil estudantes matriculados no Ensino Médio em Tempo Integral (Brasil, 2025).

De acordo com as pesquisas de Rodrigues (2019), que investigou os primeiros anos de implementação da Escola Cidadã Integral entre 2016 e 2017, observou que as mudanças realizadas no estado da Paraíba possibilitaram a ampliação do tempo escolar e curricular. Porém, a autora destaca que não foram encontrados aspectos formativos que garantisse a formação integral da juventude, o que fez em suas conclusões a justificativa se dá ao pouco tempo de implementação para adaptação das novas medidas.

No ano de 2018 foi desenvolvido o Projeto Empreendedor que derivou as disciplinas empreendedoras (Inovação Social e Científica, Intervenção Comunitária e Empresa Pedagógica) construídas e articuladas por competências e habilidades e, aos eixos estruturantes propostos pelo NEM. Essas disciplinas empreendedoras foram alocadas ao longo dos 3 anos de formação do Ensino Médio. No primeiro e no segundo ano, foram

ofertados os componentes Inovação Social e Científica e Intervenção Comunitária, respectivamente, ambos com carga horária total de 33 horas cada, conforme previsto no currículo do Programa Escola Cidadã Integral. Já no terceiro ano, ofertado às turmas concluintes durante o primeiro semestre, o componente curricular Empresa Pedagógica, também com carga horária total de 33 horas, cujo o objetivo dos alunos seria gerenciarem e desenvolverem uma empresa fictícia.

Dessa forma, a disciplina EP foi planejada e orientada a partir dos seguintes bases propostas pelas diretrizes estaduais:

> a) Planejamento pautado em competências e habilidades: com o objetivo de elaborar o currículo articulado embasado em competências e habilidades, sempre por meio de atividades para os estudantes desenvolverem, como já argumentado anteriormente; b) Métodos de resolução de problemas: as habilidades para o protagonismo profissional, identificadas nas visitas realizadas às empresas, deixaram evidente que, para se tornar um adulto emancipado, o estudante precisa ter capacidade de resolver problemas das mais diversas naturezas; lidar com desafios pessoais, como desenvolver autonomia, resiliência e capacidade de liderança, além de enfrentar a frustração e desafios profissionais, como ter boa comunicação, pensamento estratégico, visão sistêmica, flexibilidade, capacidade de análise de dados, raciocínio lógico, além de saber propor soluções, construir textos etc. (Paraíba, 2023, p. 824-825).

Em razão disso, existe a ênfase no sujeito funcional, que cumpre as habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho, deixando de lado as dimensões culturais, políticas e éticas. Nesse sentido, o currículo que constitui e dá base à disciplina Empresa Pedagógica é mais do que um instrumento técnico, configurando-se também como um campo de disputa política e cultural. Ao compreender que o currículo também pode ser complexo e contraditório, Silva (2016) destaca as dimensões que o perpassam, afirmando que:

> O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (Silva, 2016, p. 28).

Dessa forma, cabe destacar que o currículo da EP idealiza um modelo de sujeito, o qual precisa ser estratégico, flexível, resiliente, conforme anuncia a proposta curricular paraibana. Além disso, a efetivação dessas políticas se dá em um contexto no qual o Ensino Médio tem sido regularmente foco de divergências e diferentes concepções de formação humana. Da mesma forma, os projetos políticos-pedagógicos passam por várias tentativas de

uniformização, na maioria das vezes em detrimento das condições singulares das juventudes, dos docentes e das escolas no Brasil (Fávero *et al*. 2024).

Assim sendo, é essa a circunstância vivenciada pela Educação Básica: um contexto em que a captação de recursos para o funcionamento da escola se torna o foco, enquanto a formação integral dos estudantes ocupa um plano inferior, não sendo esta a prioridade educacional. Por isso, este estudo tem como objetivo analisar as concepções de formação da juventude presentes na disciplina Empresa Pedagógica. Para tanto, identificar a partir do guia da disciplina os conteúdos que orientam o processo formativo dos estudantes, bem como os saberes que são privilegiados e aqueles que permanecem à margem da proposta curricular. Além disso, também analisar possíveis contradições entre a formação voltada ao empreendedorismo e a garantia de direitos no contexto dessa política curricular paraibana.

A partir de uma análise crítica, torna-se necessário discutir e resgatar elementos históricos que antecedem as políticas educacionais, bem como a influência de países do Norte Global (Estados Unidos e Inglaterra). Assim, a seção a seguir parte do acompanhamento dos últimos 35 anos, iniciando-se em 1990, período em que esse movimento neoliberal alcança seu auge, possibilitando compreender os caminhos que tornaram exequível a implementação de um componente curricular denominado Empresa Pedagógica na Paraíba.

Anos 1990 e os comensais da Reforma Empresarial da Educação

Nessa parte do trabalho relacionamos o termo *Commensalis* que tem origem latina, de com (junto) e mensa (mesa), isto é, aquele que compartilha a mesa com o outro. Já em referência a relação ecológica, o comensalismo se dá a partir da relação interespecífica entre duas espécies, em que uma parte se beneficia sem causar prejuízo a outra. Apontamos, em um sentido metafórico, que as organizações multilaterais, acadêmicos e os atores do Estado atuaram como reformadores e arautos (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011) da Reforma Empresarial da Educação (REE), retroalimentando-se com o setor empresarial em um credo salvacionista para os problemas de desenvolvimento do país.

Segundo Freitas (2018), a Reforma Empresarial da Educação organiza-se a partir da proposta da "nova" direita em melhorar a qualidade do sistema educacional, desde que a escola seja pensada como uma empresa, assim, se estabelecendo um livre mercado. Nessa lógica, as escolas de maior qualidade serão escolhidas pelos pais dos estudantes e as que apresentarem menores resultados serão extinguidas. Dessa maneira, a educação conduzida a

uma reforma empresarial pretende premiar os com melhores desempenhos, mas de tal forma, punir e corrigir os intitulados "desvios" negativos.

Esses desvios podem ser compreendidos através de Saviani (2024) que descreve o combate a marginalidade[2] na concepção da pedagogia tradicional. Consideramos que esse movimento aproxima-se de modo semelhante a pedagogia tecnicista que identifica a marginalidade (desvios) como a rejeição, isto significa que aquele que for improdutivo e que não alcançar os resultados esperados será o incompetente.

Dessa forma, essa lógica de ênfase na eficiência e na obtenção de resultados reflete a pedagogia tecnicista, que historicamente ganhou destaque "coincidentemente" com as mudanças e desdobramentos do neoliberalismo. Esse processo perpassa a crise do petróleo em 1970 e o esgotamento das ideias do Estado de Bem-Estar Social (Guimarães, 2015). Logo após, o foco deslocou-se para a lógica da eficácia, que, com menores custos, buscava alcançar o máximo de resultados (Enguita, 2012).

Por isso, com a ascensão dos governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra, ambos implementaram políticas conservadoras, guiadas pela redução de impostos e pelo fortalecimento do processo de privatização do Estado. Já na América do Sul, o Chile, no governo de Augusto Pinochet que durou de 1974 a 1990 experienciou as políticas neoliberais, sendo o maior experimento com os *vouchers*[3] na educação. O Banco Mundial (BM) também teve destaque, a partir dos anos 1990, tal instituição financeira passou a instruir normas e diretrizes para a educação nos países periféricos. Conforme Tosta, Ney e Silva (2020), as organizações internacionais (UNESCO[4], OCDE[5], BM, UNICEF[6], BID[7]) dedicaram-se em definir modelos de gestão baseada em dados via avaliações, derivando um cenário de competição entre escolas, professores e estudantes.

A instabilidade política e a crise financeira no Brasil foi utilizada como justificativa para atacar os direitos sociais reconhecidos na Constituição Federal de 1988. De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), em 1990, a posse de Fernando Collor de Mello na presidência da república desencadeou o processo de reorganização econômica e ajustes

[2] De acordo com Saviani (2024), a pedagogia tradicional enxerga a escola como um instrumento para eliminar a ignorância.
[3] A política dos vouchers é uma das propostas da nova direita, desenvolvida como "direito democrático dos pais de escolher a escola de seus filhos" (Freitas, 2018). Ou seja, as famílias possuidoras dos vouchers poderão "escolher" as melhores escolas para os seus filhos, passando a ser clientes de um serviço.
[4] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
[5] Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
[6] Fundo das Nações Unidas para a Infância.
[7] Banco Interamericano de Desenvolvimento.

nacionais às exigências econômicas globais. A velocidade das novas reformas se deram a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que durou de 1995 a 2002, mas que antes teve início no governo de Itamar Cautiero Franco (1992–1995) com o "Plano Decenal para a Educação de Todos"[8] que tinha por objetivo "assegurar, até o ano 2000, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea." (Brasil, 1993, p. 12-13).

Ao final da década de 90, houve a implementação de avaliações de larga escala como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a fim de obter informações acerca da qualidade educacional. Mais adiante, em 1996, no governo de FHC, foi estabelecida a LDBEN e, posteriormente, os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. De acordo com Freitas (2018), estes foram elementos essenciais para a introdução do mecanismo de *accountability*. Assim, tais políticas pavimentaram as ideias neoliberais dos comensais e arautos das reformas educacionais que viriam nos anos seguintes.

Diante desse percurso político, as ações e influências políticas da década de 90 desdobrou-se criando um terreno fertil para a reorientação da formação de sujeitos ofertada na escola. Portanto, é a partir desse contexto que resulta no "Novo" Ensino Médio, dentro do qual a disciplina Empresa Pedagógica ganha sua sustentação e contornos para sua implementação no currículo escolar paraibano.

O "Novo" Ensino Médio é terreno fértil para a lógica empresarial na educação

A disciplina Empresa Pedagógica se concretiza a partir das constantes transformações e mudanças de pensar o tipo de formação no Ensino Médio, sendo considerado um período da Educação Básica decisivo na vida pessoal e na carreira profissional dos jovens. Na última década, a Educação Básica passou por diversos marcos normativos, entre os quais podemos destacar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pelas resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018, e a Lei nº 13.415/2017, que estabeleceu a Reforma do Ensino Médio (REM). Essas diretrizes foram suficientes para modificar as concepções e os sentidos de saberes e aprendizagens da educação básica, principalmente na etapa do Ensino Médio.

A BNCC e a REM promoveram a reconfiguração dos currículos para uma ideia fortemente embasada nos interesses empresariais e organismos internacionais que promovem a pedagogia das competências e das demandas do século XXI (Malanchen; Santos, 2020).

[8] O Plano Decenal de Itamar Franco não conseguiu ser implementado devido ao pouco tempo de mandato, a falta de recursos e a constante pressão das agências multilaterais e internacionais (Padilha, 2016).

Conforme Saviani (2007), a pedagogia das competências revela-se como uma estratégia para moldar os sujeitos, tornando-os flexíveis diante de um cenário de insegurança. Nesse contexto, sem a garantia de condições mínimas por parte do Estado, os indivíduos tornam-se dependentes das flutuações do mercado.

Tendo em vista as orientações das reformas recentes, o delineamento para o empreendedorismo e o protagonismo juvenil destinado à educação das juventudes conduz a educação integral à submissão ao mercado de trabalho, este sendo cada vez mais precário. Desse modo, a Empresa Pedagógica prepara os jovens para uma "empregabilidade" de si imediata e a transformação do sujeito empreendedor, sendo ele a própria empresa (Dardot; Laval, 2016).

De acordo Duarte e Lopes (2025), ao compreenderem que a reforma do Ensino Médio confere maior destaque aos conhecimentos básicos, observa-se a redução da perspectiva de acesso ao Ensino Superior, o que contribui para que jovens das classes populares, empregados ou não, assumam postos de trabalho de baixa remuneração e em condições precárias. Ademais, a criação dessas condições torna-se mais evidente no segundo semestre do Ensino Médio Técnico, em virtude da abertura do Programa Estadual Primeira Chance[9], por meio do qual alguns estudantes conseguem sua primeira oportunidade no mercado de trabalho, enquanto aqueles que não são aprovados no processo seletivo passam a se preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em suma, a disciplina Empresa Pedagógica insere-se no Ensino Médio como efeito direto das mudanças curriculares promovidas pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio, contribuindo para a conformação desse cenário.

O percurso teórico-metodológico da pesquisa

Este trabalho parte de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, pois analisa o documento guia para a ministração da disciplina Empresa Pedagógica no currículo do Ensino Médio Técnico. A escolha metodológica parte da perspectiva que os documentos representam parte de como as políticas educacionais e curriculares se expressam. Dito isso, é indispensável considerar outras implicações para além da análise documental, como o contexto social, político e econômico em que o documento foi formulado.

[9] No estado da Paraíba, esse programa foi instituído em 2019 pela Lei Estadual 11.344, de 05 de junho de 2019, o Programa Estadual Primeira Chance tem o objetivo de incentivar a inserção de estudantes e egressos da Rede Estadual no mundo do trabalho ofertando vagas de estágios em empresas locais. Desse modo, o estudante passa parte do Ensino Médio trabalhando em uma das empresas parceiras.

De acordo com Shiroma, Campos e Garcia (2005), os sentidos não são entregues nos documentos; eles são produzidos nos discursos que compõem o contexto político. Os autores destacam a relevância de analisar os documentos reformistas, pois neles há indícios de como as instituições e organizações compreendem a realidade e como tentam legitimar as mudanças realizadas. Buscamos ir além do que está explícito no documento, ou seja, procurar também o que não tem sido dito no processo empreendido pelo Estado da Paraíba para a formação das juventudes no Ensino Médio.

Dessa maneira, nos direcionamos a realizar a análise documental, iniciando pela avaliação do contexto histórico e da conjuntura política em que o documento foi produzido. Posto isso, é certo que tal panorama contribui para a compreensão dos discursos, dos grupos e classes sociais e dos fatos ocorridos, condições estas que tendem a evitar interpretações equivocadas a partir de valores contemporâneos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Logo, partimos para identificar a autoria do texto, seus colaboradores e os interesses que o fundamentam.

Além disso, consideramos os conceitos presentes no texto, buscando captar também o que tem sido disputado e tensionado no discurso neoliberal e na formação integral das juventudes paraibanas. Sendo assim, as considerações de Shiroma, Campos e Garcia (2005), a partir das compreensões de Bowe e Ball (1992), esclarecem e nos alertam para o fato de que as intenções políticas são imbuídas de ambiguidades e contradições, mas também de omissões, de forma que esses processos permitem interpretações na transição do texto à política praticada.

Com esse entendimento que os textos marcam as particularidades de seu processo de produção e implementação, foi realizada a análise do documento “Empresa Pedagógica: formação básica para o trabalho”. Portanto, a análise documental delineou-se a partir dos seguintes questionamentos e reflexões: qual conhecimento é selecionado, por quem é definido, qual tipo de juventude se pretende formar e por quais razões este conhecimento, e não outros.

O que se tem produzido sobre a disciplina Empresa Pedagógica

Segundo Gil (2002), o levantamento bibliográfico tem como finalidade aproximar o pesquisador da área a ser pesquisada, sobretudo na delimitação clara e precisa do objeto de estudo. Para isso, foi realizada uma leitura exploratória, a fim de identificar se as obras eram relevantes para a pesquisa. Nessa perspectiva, o estado de conhecimento da produção

acadêmica e científica torna-se uma oportunidade de compreensão, permitindo a identificação de apontamentos, lacunas e contradições na literatura produzida.

Desse modo, em nosso estudo traremos os destaques encontrados sobre Empresa Pedagógica (EP) pelas pesquisas antecedentes. Tal procedimento possibilita compreender o percurso investigativo já produzido, como também a possibilidade de impulsionar novos encaminhamentos nesta pesquisa.

Iniciamos a busca pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando o seguinte descritor: "Empresa Pedagógica". Da mesma forma, foi realizada a pesquisa utilizando o mesmo descritor no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ambas as pesquisas de produção acadêmicas tiveram o recorte temporal das publicações feitas a partir de 2016. A demarcação de tempo considera o ano de inauguração da primeira Escola Cidadã Integral da Paraíba[10], mesmo assim, não foram identificados trabalhos sobre o componente Empresa Pedagógica. Somente a partir de 2018, com o lançamento do Projeto Empreendedor pelo Governo do Estado, passaram a ser identificados referenciais acerca da articulação curricular da disciplina Empresa Pedagógica na rede pública da Paraíba.

Posteriormente, foi realizada uma busca nos repositórios institucionais de quatro instituições públicas de Ensino Superior, sendo elas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), realizada em outubro de 2025. Entretanto, somente foram encontrados três (3) trabalhos vinculados à UFCG que tinham relação com a Empresa Pedagógica. No *Google* Acadêmico foi utilizado para uma busca mais ampla delimitando o descritor "Empresa Pedagógica" para poder localizar produções acadêmicas sobre o assunto, nessa pesquisa foi possível encontrar um (1) artigo publicado.

Em seguida, traremos os estudos de pesquisadores precedentes, mesmo que suas produções não tratem diretamente de EP, mas seu conteúdo cita-a ou discute o componente curricular em algum ponto da produção do texto. Dessa forma, as produções escritas encontradas estão posicionadas conforme a data de publicação em meio digital.

O artigo intitulado "Cidadão neoliberal? Práticas pedagógicas subjacentes ao modelo Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) da rede estadual da Paraíba", publicado na Revista Internacional de Formação de Professores em 2023, buscou investigar os discursos nos

[10] Localizada no bairro Marcos Moura em Santa Rita, a Escola Cidadã Integral Heliton Santana da Paraíba foi inaugurada no dia primeiro de março de 2026 e recebeu um investimento de 5 milhões de reais, de acordo com a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado da Paraíba (Partido Socialista Brasileiro, 2016).

documentos do modelo Escola Cidadã Integral e Técnica (ECIT). O artigo analisou os documentos oficiais a partir do aporte teórico de estudos discursivos foucaultianos, que questionam as verdades e normas estabelecidas nas políticas educacionais, desvelando, assim, relações de poder em uma neutralidade assumida pelas propostas pedagógicas. De acordo com Silva e Lima Neto (2023), a disciplina Empresa Pedagógica assume, em sua composição, a redução do mundo do trabalho a alguns cargos, como diretor, recursos humanos, marketing, etc. Segundo os autores, o apagamento de outras funções tende a direcionar os estudantes a um horizonte de expectativas que não condizem com a atual realidade do trabalho, este, por sua vez, precarizado. A partir do estudo, os autores concluíram que os documentos apresentam uma formação aligeirada e fragmentada para o mercado de trabalho. Além disso, a figura do empreendedor surge como o ideal a ser alcançado, de modo que os sujeitos da escola celebram valores de competitividade e eficiência como prática cotidiana.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Ciências Sociais, publicado em 2023 no repositório institucional da UFCG, intitulado "Novo Ensino Médio na Paraíba: a perspectiva de estudantes e professores de escolas Cidadãs Integrais Técnicas", propõe-se a investigar, por meio de questionários, as perspectivas de estudantes e professores. De acordo com Costa (2023), a pesquisa indica a insatisfação entre os docentes diante da formação insuficiente para atender às imposições do modelo ECIT. Além disso, os estudantes apontam que a carga horária do ensino integral poderia ser menor e que as disciplinas diversificadas não contribuem para as necessidades do Ensino Superior. Portanto, a autora destaca em relação à EP, de forma geral, sua composição nas disciplinas empreendedoras voltadas à formação para o mundo do trabalho no contexto do Ensino Médio Técnico, em que cada disciplina é desenvolvida ao longo das séries do EM, destacando as competências socioemocionais e as da BNCC.

Publicado no repositório institucional da UFCG, em 2024, o TCC do curso de Ciências Sociais, intitulado de "A Formação para o trabalho no contexto do Novo Ensino Médio em uma Escola Cidadã Integral Técnica da Paraíba: perspectiva de professores e estudantes". A partir de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas com docentes, e parte quantitativa com questionários que foram aplicados aos estudantes. O estudo de Melo (2024) analisa a percepção desses sujeitos em uma ECIT da Paraíba acerca da carga horária, da qualidade dos cursos técnicos e o futuro após concluírem o Ensino Médio. A pesquisa trata a disciplina Empresa Pedagógica como a culminância da formação técnica no 3º ano do Ensino Médio, mesmo que apresente um questionamento aos estudantes qual disciplina

empreendedora eles gostaram mais de estudar, entretanto não apresenta os resultados desse questionamento. Portanto, o estudo indica que há um descontentamento com a base diversificada (Eletivas, Projeto de Vida, Pós-médio e de Estudo Orientado) por parte docente e discente, os dados mostram que os estudantes sugerem a diminuição da carga horária desses componentes curriculares.

Intitulado de "A Escola é uma empresa? Uma análise do itinerário formativo técnico na proposta curricular do Ensino Médio no estado da Paraíba (2017-2024)", do curso de História, o TCC foi publicado no ano de 2024, no repositório institucional da UFCG. Silva (2024) resolve analisar criticamente o itinerário formativo técnico das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas da Paraíba disposto no documento de Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado da Paraíba. Para essa análise, a autora utilizou o foco nas disciplinas empreendedoras (Inovação Social e Científica, Intervenção Comunitária e Empresa Pedagógica). A pesquisa utilizou os embasamentos teóricos do autor Christian Laval como arcabouço para analisar os interesses do mercado na educação e o conceito de capital humano, principalmente na Proposta Curricular da Paraíba de 2024. Acerca da disciplina Empresa Pedagógica, Silva (2024) aponta que esse componente curricular é um exemplo da prática do capitalismo moderno, em que usa o processo educacional formal para atividade mercantil. Logo, destaca que trata-se de uma evidência da privatização ideológica da educação ao colocar a escola sob as formas de funcionamento de uma empresa.

O artigo e as monografias analisadas apresentam pontos comuns em suas considerações e conclusões. Tanto Costa (2023) quanto Melo (2024) destacam a insatisfação docente ao ministrar disciplinas do itinerário formativo voltadas à formação para o trabalho, o principal descontentamento docente se dá a partir da formação dos professores que não é adequada àqueles conteúdos e áreas de conhecimentos impostos no currículo paraibano. Já Silva e Lima Neto (2023), assim como Silva (2024), convergem ao enfatizar a disciplina Empresa Pedagógica (EP) como um instrumento ideológico neoliberal.

Nesses estudos, entendemos que diferentes abordagens metodológicas foram utilizadas, tanto em nível macro como micro, perpassando a análise do discurso com elementos foucaultianos; a abordagem empírica com as vozes docentes e discentes; bem como análise documental na investigação com documentos oficiais da educação estadual da Paraíba. Apenas o artigo publicado em 2023 esteve apoiado numa perspectiva pós-crítica. Com isso, o levantamento das pesquisas analisadas nos conduzem a ter um panorama da influência neoliberal que infiltra-se em trezentas e quatro (304) escolas integrais, das quais cento e

cinquenta e três (153) Escolas Técnicas, de acordo com os últimos dados disponibilizados em meios oficiais (Governo do Estado da Paraíba, 2024).

Como se estrutura e qual conhecimento está presente no documento-guia de Empresa Pedagógica?

Neste tópico, analisamos e apresentamos a estrutura do documento, os objetivos de formação que norteiam a disciplina Empresa Pedagógica, suas especificidades e as aproximações com uma racionalidade neoliberal. Deste modo, o documento é encaminhado aos docentes quando assumem a ministração do componente curricular durante o primeiro semestre. O plano do documento se divide nas seguintes seções apresentadas na Tabela 1, as quais orientam as práticas empreendedoras da disciplina:

Quadro 1 – Estrutura geral do guia da disciplina Empresa Pedagógica (EP)

SEÇÃO DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Apresentação	Expõe o principal objetivo da disciplina empreendedora Empresa Pedagógica (EP). Além disso, lista objetivos específicos, como aprofundar o conhecimento acerca do empreendedorismo e iniciativas empreendedoras, abranger conhecimentos sobre artes, cultura e mídias aplicadas para projetos criativos com auxílio das tecnologias (Paraíba, 2025).
Orientações para a disciplina	Contém quem pode lecionar a disciplina[11], a carga horária, a flexibilidade do guia, reorganização das aulas, como trabalhar em momentos virtuais, o limite de turmas por professor (Paraíba, 2025).
Modos de avaliações	Apresenta que a avaliação deve ser contínua, considerando as atividades e o diário de bordo (Paraíba, 2025).
Culminância da disciplina	Nesse momento, indica-se que deverão ocorrer as apresentações das empresas e propostas desenvolvidas pelos estudantes com a presença das empresas parceiras e da comunidade escolar (Paraíba, 2025).
Competências e habilidades	Três competências articuladas com habilidades são apontadas, entre elas: Utilizar técnicas de empreendedorismo e metodologias que impulsionam a inovação, considerando as necessidades de mercado; Propor práticas empreendedoras direcionadas a ações socioambientais nas organizações e, articular conhecimentos de educação

[11] De acordo com o Guia: "Podem lecionar a disciplina de Empresa Pedagógica os professores do curso técnico ofertado na instituição e que gostem de trabalhar a criatividade, realizar projetos e inovar. Também podem lecionar professores que tiverem cursos complementares, como Administração, Empreendedorismo, entre outros afins, que contemplem a aplicabilidade do componente." (Paraíba, 2025).

	financeira para investigação dos desafios do mundo contemporâneo, tomando decisões éticas e socialmente responsáveis (Paraíba, 2025).
Metodologias de aprendizagem	Há a indicação de 26 metodologias diferentes (Aprendizagem experimental, STEM, Ensino híbrido, Sala de aula invertida, Gamificação, Aprendizagem baseada em projetos, Aprendizagem baseada em problemas, Storytelling) (Paraíba, 2025).
Recursos didáticos	Nos recursos recomendados divide-se entre audiovisuais, recursos textuais e digitais, além dos recursos específicos, como Scrum, Design Thinking, Business Model Canvas, Kanban e Canva (Paraíba, 2025).
Plano da disciplina	Apresenta a estrutura do guia (Paraíba, 2025).
Sequência didática	Mostra uma sequência didática que indica o levantamento de empresas parceiras, visita técnica, como abrir e montar uma empresa, buscar soluções para desafios da empresa, ao fim de chegar no "protagonismo profissional e social" (Paraíba, 2025).
Abordagem semanal	Delimitação de como a disciplina deve se organizar em quatro etapas, com suas respectivas durações: compreensão do contexto (sete semanas), imersão e ideação (seis semanas), prototipação (quatro semanas) e projeto final e culminância (três semanas) (Paraíba, 2025).

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2026.

Somado a isso, o guia possibilita acesso ao plano da disciplina, assim, constatamos que ementa do plano da disciplina apresenta-se, com o propósito central de:

> Fornecer conhecimentos básicos de empreendedorismo, tendo como parâmetro a aprendizagem ativa e significativa, a partir da elaboração de projetos empreendedores. A disciplina visa propor um campo de pesquisa e compreensão de como o setor produtivo local se comporta, de como está ligado ao curso técnico da unidade de ensino, de como as novas tecnologias têm transformado os setores e de como podemos hoje entrar no mundo do trabalho através do empreendedorismo e do conhecimento do comportamento da economia criativa e da empatia com o mercado. Para alcançar o propósito da disciplina, as ações serão pautadas em pesquisas e reflexões entre professores e alunos e na disseminação de conhecimentos relacionados à busca de parcerias e à resolução de problemas reais, utilizando métodos de ensino, desenvolvidos com o setor produtivo e comunidade (Escola Cidadã Integral Técnica da Paraíba, s.d.).

Desse modo, ressaltamos que o texto, para além de direcionar aos conhecimentos básicos sobre empreendedorismo, escancara duas narrativas: uma voltada ao estudante em compreender a realidade produtiva local, na investigação do contexto socioeconômico; a

outra, focada no empreendedorismo como principal porta contemporânea para o mundo do trabalho e uma ambiguidade ao se referir a "empatia" com o mercado. Esse último ponto é inquietante, pois, com a intenção de compreender o mercado de modo empático, pode-se centralizar os interesses empresariais em detrimento aos direitos sociais e trabalhistas.

De acordo com Laval (2004), a profissionalização dos jovens na escola passou a ser um fundamento para a prática escolar. Mesmo que essa concepção considerada fundamental não seja recente, o neoliberalismo atual intensificou essa lógica na educação. Principalmente, quando o empreendedorismo torna-se o único ponto de referência para o mundo do trabalho. Harvey (2008), destaca que o pensamento neoliberal reinterpreta a realidade e encena que o bem-estar está apenas associado ao poder de compra e a produtividade.

De tal modo, significa que o neoliberalismo adentra a educação com suposições de liberdade e autonomia que são garantidas apenas quando vinculadas ao comportamento de afeição às exigências do mercado de trabalho. Com essa direção, a disciplina Empresa Pedagógica articula-se também em torno de que o "conceito norteador é o da empregabilidade individual". (Laval, 2004, p. 16). Portanto, conforme afirma Laval (2004), é através da cultura do empreendedorismo que o mercado impõe às escolas o papel de se tornarem "empresas" eficazes e fabricantes de sujeitos conduzidos a uma racionalidade neoliberal.

No guia, destacamos os limites colocados nas fontes de consultas sugeridas aos docentes no documento, estas fontes convergem em sua maioria na visão empresarial do mundo do trabalho. Os referenciais que estão postos para os docentes utilizarem para os estudos acerca da disciplinas e que também podem serem utilizados em sala de aula estão dispostos em: livros acadêmicos (poucos), livros de autoajuda empresarial, sites comerciais, histórias consideradas de sucesso, podcasts de negócios, materiais do Youtube e Sebrae, indicadores e documentos sobre metodologia de pesquisa.

A seleção dessas fontes tende a reforçar uma visão utilitarista e individualista do trabalho, concentrado na perspectiva de atitudes e valores empreendedores, ações estas voltadas às finanças, criatividade, resolução de problemas e protagonismo juvenil, muitas vezes deslocadas das diversas culturas locais do Brasil. Diante dessa realidade que constitui a disciplina, é perceptível que essas informações reforçam as considerações de Apple (2006), ao declarar que a concepção empresarial para a educação é fechada e o papel, em grande parte único, é o econômico.

"Me falam de vantagens que eu jamais ganhei": a Paraíba nega este currículo?

O verso "Me falam de vantagens que eu jamais ganhei", da canção intitulada de Identidade, composta pelo cantor Ederaldo Gentil e regravada pelo baiano Giovani Cidreira, semeia os incômodos entre as tensões que marcam o mercado de trabalho e as concepções de trabalho que são atribuídas na lógica da Empresa Pedagógica. Que vantagens são essas promovidas? Para quais jovens isso é posto? A canção, neste sentido, crítica e ironiza a realidade cotidiana e invisível do trabalhador no Brasil. Onde o sujeito é visto como códigos numéricos, a exemplo do número da carteira de registro geral, passando grande parte da vida sobrevivendo para um dia receber a aposentadoria[12]. Com isso, a música inspira reflexões que questionam o currículo empreendedor propagado, ocupando lugar de outros conhecimentos e distante da realidade concreta das juventudes paraibanas, mas também longe da situação presente do mercado de trabalho.

Essas contradições e disputas expressas aparecem no que Apple (2006) aponta acerca dos neoliberais, que criticam constantemente as definições que consideram outros conhecimentos importantes, principalmente aqueles que fogem do que é apontado como prioritário às metas e resultados que devem ser alcançados nas avaliações. De acordo com o autor, esses agentes e organizações "querem trabalhadores criativos e empreendedores (e ainda obedientes). A flexibilidade e a obediência andam de mãos dadas" (Apple, 2006, p. 258), sendo essas duas dimensões desejáveis na formação das juventudes.

Desse modo, desde 2016, a disciplina Empresa Pedagógica esteve ganhando suas primeiras proposituras, depois concebida em cinco etapas de construção pelo Projeto Empreendedor. Assim, foi avaliada e aprovada por diversos atores sociais e políticos (Figura 02), na idealização também das outras disciplinas empreendedoras (Intervenção Comunitária e Inovação Social e Científica), que iriam compor o currículo das escolas técnicas (Brasil, 2018).

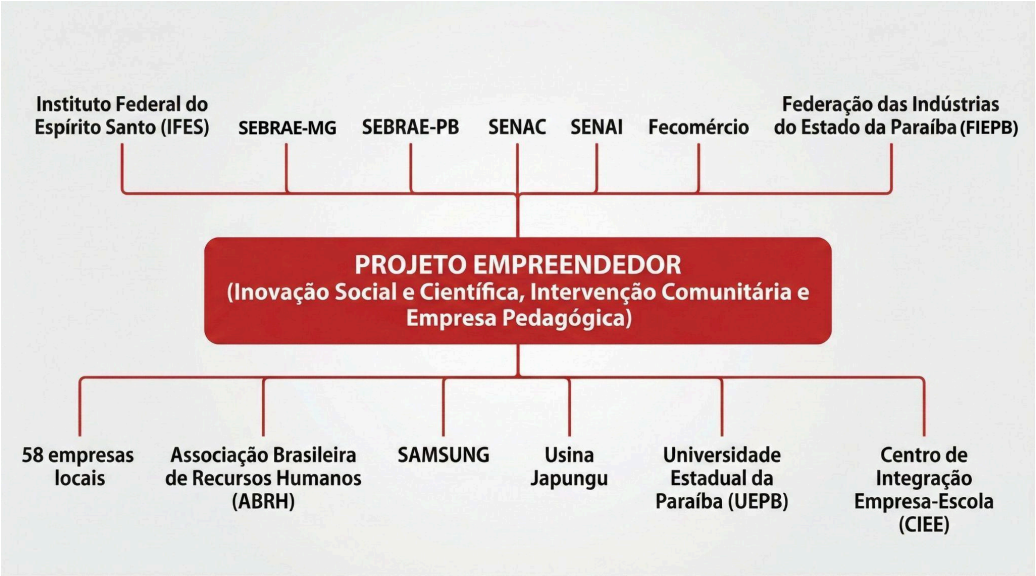
A partir desse processo, um currículo foi construído, a partir de uma leitura do mundo empresarial das empresas envolvidas e do setor produtivo. Desse modo, um currículo embasado em competências e habilidades é justificado em um protagonismo profissional e social. Partindo deste ponto, verificamos que: há um currículo que não é pensado pelos docentes do cotidiano escolar, mas sim, formatado pela lógica empresarial e as necessidades

[12] Nesse ponto, a canção denuncia as falsas vantagens prometidas aos trabalhadores, as quais são constantemente adiadas ou dificultadas pelo Estado e seus agentes influenciadores. Além disso, o texto condena as recentes políticas trabalhistas aprovadas durante os governos de Michel Temer (2016–2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022). As principais mudanças legislativas ocorreram por meio da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), da Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017) e da Emenda Constitucional 103/2019, que instituiu a Reforma da Previdência. Isso tudo ocasiona mudanças nas relações e na vida dos trabalhadores.

do mercado. Conforme analisa Laval (2004), os países capitalistas buscam alinhar os conteúdos de formação às expectativas do empresariado, pretendendo uma formação de trabalhadores com maior índice de empregabilidade e controle técnico.

Com base nos documentos de articulação curricular para a rede pública da Paraíba (Brasil, 2018), a seguir, apresentamos na Figura 02 a rede de influenciadores que materializam a elaboração do Projeto Empreendedor.

Figura 02 – Diagrama com os principais influenciadores do Projeto Empreendedor de 2018 para as ECITs



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2025.

Neste diagrama de influenciadores do Projeto Empreendedor para a educação paraibana, notamos a presença de diversos participantes, envolvendo agentes estatais, grupos do setor produtivo e entidades empresariais de formação. Este cenário de vinculações com as mais variadas entidades privatistas reflete exatamente como a Reforma Empresarial da Educação se articula em redes, construindo uma organização empresarial como modelo de elaboração das políticas educacionais e curriculares (Freitas, 2018).

Logo, essa lógica em que o setor produtivo e as empresas atuam na definição dos currículos aparece no documento do Projeto Empreendedor da Paraíba, cuja aponta sua conclusão:

> Finalmente, a quinta etapa correspondeu à realização do Seminário da Educação com o setor produtivo local, com a consequente validação por parte das empresas parceiras dos projetos empreendedores, que serviu para ampliar o diálogo com as empresas na construção de currículos que fizessem mais sentido e promovessem uma melhor inserção produtiva dos estudantes no mercado de trabalho (Brasil, 2018, p. 14).

Partindo desse ponto, a Empresa Pedagógica é parte da rede conjunta de agentes e comensais interessados no processo formativo dos sujeitos. Nesse sentido, Freitas (2018) enfatiza que os reformadores tecem um processo de legitimação do modelo empresarial de educação, atuando a partir de redes de influência que englobam empresários, políticos, acadêmicos, instituições e a mídia.

Sendo assim, tendo a dimensão de influências a partir da Figura 02, podemos indicar que essa rede de influenciadores está diretamente ligada a uma orientação curricular pautada na teoria do capital humano. Desse modo, é parte também analisar e compreender quem são esses jovens que esta política curricular está sendo direcionada. Que perfil de juventude é este que aparece pronto para assumir esse papel de empreendedor e as exigências do mercado de trabalho?

Por isso, em uma direção contrária ao ideário neoliberal, que costuma mascarar as noções de autonomia e liberdade, o boletim "Juventude no Nordeste: dados socioeconômicos para fomento de políticas públicas" apresenta informações e problemáticas relativas às condições sociais e econômicas das juventudes nordestinas. De acordo com dados da Sudene (2025), grande parte dos jovens do Nordeste brasileiro convive diariamente com condições de vidas precárias, diretamente relacionadas às dimensões de raça, idade e gênero. As informações do boletim afirmam que:

> O perfil do jovem desempregado no Nordeste é caracterizado por pessoas entre 18 e 24 anos, pretos ou pardos e do sexo feminino. Especificamente sobre a faixa etária, observa-se que os jovens entre 18 e 24 anos concentram as maiores taxas de desemprego, especialmente aqueles em transição da escola para o trabalho. Os principais obstáculos se devem à falta de qualificação profissional e a oportunidades no mercado de trabalho. (Sudene, 2025, p. 4).

Além disso, outro dado que o boletim informa é a proporção de jovens em situação de pobreza no nordeste, no qual representa mais da metade desta população (51,7%) na região (Sudene, 2025). Diante desses dados, é evidenciado camadas que recobrem a vivência das diversas juventudes e suas condições que a promessa do empreendedorismo e do livre mercado na educação se contraria com a realidade concreta desses jovens.

Segundo Laval (2004), utiliza-se a ideia da liberdade de empreender e de talentos naturais para apresentar um suposto igualitarismo de oportunidades, desconsiderando as desigualdades estruturais e posicionando o sujeito como empresa de si mesmo, responsabilizado tanto pelo fracasso quanto pelo sucesso. Logo, a própria Empresa Pedagógica representa parte dessa contradição do projeto empreendedor, pois ignora as

condições de desigualdades históricas, territoriais e raciais, especialmente no que diz respeito ao acesso ao trabalho e aos direitos sociais.

Considerações finais

A partir das análises realizadas a respeito do documento Empresa Pedagógica: formação básica para o trabalho, os resultados apresentados não encerram o debate e a crítica. A disciplina Empresa Pedagógica passa a ocupar o lugar de outros conhecimentos, inclusive aqueles de natureza popular e territorial, assim como o Programa Estadual Primeira Chance, que consolida essa lógica, uma vez que ambos os "instrumentos" mobilizam a legitimação da teoria do capital humano ao assumirem que a escola deve formar sujeitos produtivos, competitivos e ativos frente às demandas econômicas.

Ao mobilizar a lógica do investimento individual, da meritocracia e da formação por competências, essa disciplina reforça a ideia de que o valor do estudante está em sua capacidade de gerar lucro ou empreender, deslocando e restringindo a educação do seu potencial social e político e contribuindo para a naturalização de desigualdades estruturais. Logo, esta concepção empresarial na política curricular mostra-se posicionada de modo firme no currículo do Ensino Médio Integral Técnico paraibano, com o objetivo de constante ampliação para as outras ECIs, como destaca o documento do Projeto Empreendedor.

Por fim, mas sem encerrar o ciclo analítico, a presente pesquisa é precursora na análise do documento que orienta a prática pedagógica na disciplina Empresa Pedagógica. É importante sinalizar que o contexto educacional da Paraíba atravessa um novo redirecionamento curricular, no qual a disciplina Empresa Pedagógica sofreu uma mudança de nomenclatura para "Práticas de Inserção no Trabalho". Essa reestruturação sinaliza desdobramentos da política educacional que possibilitam futuras pesquisas sobre o processo de formação continuada dos docentes que estão na ministração desse componente curricular, sobre a dualidade entre uma formação integral e uma formação empreendedora aos discentes, bem como sobre os impactos dessa recente reconfiguração curricular.

Referências

Apple, Michael Whitman. (2006). Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. Recuperado em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536315584. Acesso em: 09 nov. 2025.

Bowe, Richard; Ball, Stephen J. (1992). Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge. brasil. (1993). Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC. Recuperado em: https://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002598.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. (2014). Lei n.º 13.005, de 25 de junho. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Recuperado em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 nov. 2025.

Brasil. (2018). Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação. Articulação curricular e projetos empreendedores: uma prática inovadora na rede pública da Paraíba. Organização de Aléssio Trindade. João Pessoa: A União.

Brasil. (2025). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar 2025 – resultados: dou_finalr_anexo_I.xlsx [base de dados eletrônica}. Brasília: Inep. Recuperado em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2025/dou_finalr_anexo_I.xlsx. Acesso em: 29 jan. 2026.

Coelho, Ligia Martha C. C.; Moehlecke, Sabrina; Silva, Bruna Adriano Rodrigues da. (2024). PNE 2014-2024: Uma análise da Meta 6 para a construção do novo PNE. Estudos em Avaliação Educacional, 35, e10492. https://doi.org/10.18222/eae.v35.10492

Costa, Maria Clara Oliveira da. (2023). Novo Ensino Médio na Paraíba: a perspectiva de estudantes e professores de Escolas Cidadãs Integrais Técnicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. Recuperado em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/30880/1/MARIA%20CLARA%20OLIVEIRA%20DA%20COSTA%20-%20TCC%20LIC.%20CI%C3%8ANCIAS%20SOCIAIS%20CDSA%202023.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

Duarte, Matusalém de Brito; Lopes, Lucilene Batista. (2025). Que empreendedorismo é esse? Análise das concepções de trabalho nos discursos do Novo Ensino Médio e das Diretrizes da EPT. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, 8(Especial), 96–112. https://doi.org/10.36524/profept.v8iEspecial.3137

Enguita, Mariano Fernández. (2012). O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: Gentili, Pablo A.; Silva, Tomaz Tadeu da (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação (pp. 94-110). Petrópolis: Vozes.

Escola cidadã integral técnica do estado da paraíba. (s.d.). Plano de disciplina – Empresa Pedagógica. João Pessoa: ECI-T PB. Recuperado em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GTCc1WpqSLDKtf4VeHC1o4ea-SHMvQ0S/. Acesso em: 20 nov. 2025.

Fávero, Altair Alberto; Krawczyk, Nora; Fritsch, Rosangela; Pasinato, Darciel; Ripe, Fernando. (2024). APRESENTAÇÃO: Juventudes e Ensino Médio: cenários de mudanças e contradições. Cadernos de Educação, (68). Recuperado em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/27853. Acesso em: 29 mar. 2025.

Ferreira, José Heleno. (2020). TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL. @rquivo Brasileiro de Educação, 7(16), 219–239. https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2019v7n16p219-239

Freitas, Luiz Carlos de. (2018). A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular.

Gil, Antônio Carlos. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas. Recuperado em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

Governo do estado da paraíba. (2024). Paraíba ocupa 4º lugar no ranking nacional de alunos matriculados no ensino em tempo integral. João Pessoa. Recuperado em: https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-ocupa-4o-lugar-no-ranking-nacional-de-alunos-matriculados-no-ensino-em-tempo-integral. Acesso em: 12 nov. 2025.

Guimarães, Marlon da Costa. (2015). Sob Nova Direção: o Gerenciamento Empresarial na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro (2010 – 2014). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2015/Marlon%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

Harvey, David. (2008). O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola. Recuperado em: https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008. Acesso em: 30 out. 2025.

Laval, Christian. (2004). A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta.

Malanchen, Julia; Santos, Silvia Alves dos. (2020). Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. Revista HISTEDBR On-line, 20, e020017. https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656967

Melo, Izadora Kelly Rodrigues de. (2024). A formação para o trabalho no contexto do novo ensino médio em uma escola cidadã integral técnica da Paraíba: perspectiva de professores e estudantes. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) –

Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. Recuperado em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/39383. Acesso em: 12 nov. 2025.

Padilha, Caio Augusto Toledo. (2016). A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. Revista Espaço Acadêmico, 16(180), 82-97. Recuperado em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29541. Acesso em: 29 out. 2025.

Paraíba. (2023). Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba – PCEM/PB. João Pessoa: SEE-PB. Recuperado em: https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/PropostaCurriculardoEnsinoMdiodaParabaPCEMPB23.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

Paraíba. (2025). Secretaria de Estado da Educação. Empresa pedagógica: formação básica para o trabalho: guia da 3ª série do ensino médio. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Acesso em: 29 out. 2025.

Partido socialista brasileiro (PSB). (2016). Ricardo Coutinho inaugura primeira Escola Cidadã Integral da Paraíba. João Pessoa. Recuperado em: https://psb40.org.br/ricardo-coutinho-inaugura-primeira-escola-cidada-integral-da-paraiba/. Acesso em: 12 nov. 2025.

Rodrigues, Ana Claúdia da Silva. (2019). ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: proposições curriculares para jovens do Ensino Médio. Revista Espaço do Currículo, 12(1), 139–152. https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.41984

Sá-Silva, Jackson Ronie; Almeida, Cristóvão Domingos de; Guindani, Joel Felipe. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1(1), 1–15. Recuperado em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

Saviani, Dermeval. (2007). Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados.

Saviani, Dermeval. (2024). Escola e Democracia. 45. ed. Campinas: Autores Associados. shiroma, Eneida Oto; Campos, Roselane Fátima; Garcia, Rosalba Maria Cardoso. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva, 23(2), 427-446.

Shiroma, Eneida Oto; Moraes, Maria Célia Marcondes de; Evangelista, Olinda. (2011). Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

Silva, Francisco Vieira da; Lima Neto, Avelino Aldo de. (2023). Cidadão neoliberal? Práticas pedagógicas subjacentes ao modelo Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) da rede estadual da Paraíba. Revista Internacional de Formação de Professores, 8, e023012, 1–28.

Silva, Giovana Nunes de Souza. (2024). A escola é uma empresa? Uma análise do itinerário formativo técnico na proposta curricular do ensino médio no Estado da Paraíba (2017-2024). Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Recuperado em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/39141/1/GIOVANA%20NUNES%20DE%20SOUZA%20SILVA-MONOGRAFIA-CH-LICENCIATURA%20EM%20HIST%C3%93RIA%20(2024).pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

Silva, Tomaz Tadeu da. (2016). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. São Paulo: Autêntica. Recuperado em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 01 fev. 2026. sudene. (2025).

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Boletim temático Juventude no Nordeste: dados socioeconômicos para fomento de políticas públicas. Recife: SUDENE. Recuperado em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/boletim-juventude_site.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

Tosta, Késia Silva; Ney, Marlon Gomes; Silva, Renata Maldonado da. (2020). Reforma do Estado e políticas de avaliação da qualidade da Educação Básica no Brasil. Educação, 45(1), e55/1-22. https://doi.org/10.5902/1984644436288

Submetido em abril de 2026
Aprovado em abril de 2026

Informações autorais

Tailson Hugo Felix de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-Brasil)
Link ORCID: https://orcid.org/0009-0000-4021-2989
Link LATTES: http://lattes.cnpq.br/4658126232940989
E-mail: taisom.hugo@gmail.com

Ângela Cristina Alves Albino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB-Brasil)
Link ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2452-1444
Link LATTES: http://lattes.cnpq.br/0763341526691337
E-mail: angela.educ@gmail.com